

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.908 - RS (2018/0315145-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS : SERGIO SCHULZE - RS063894
HARRY FRIEDRICHSEN JUNIOR E OUTRO(S) - RS106753A
AGRAVADO : VINICIUS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão, assim ementado (e-STJ, fl. 135):

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.

1. Flagrada a cobrança de encargos abusivos no período de normalidade contratual, resta descaracterizada a mora debendi, o que inviabiliza a retomada do bem pela instituição financeira.

2. Determinada a devolução do bem ao consumidor ou - na sua impossibilidade - do seu equivalente em dinheiro, apurado segundo a Tabela FIPE na data da retomada do veículo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada sua incidência ao período de 30 (trinta) dias.

APELAÇÃO PROVIDA.

Opostos embargos de declaração, esses não foram acolhidos (e-STJ, fls. 174-179).

Nas razões do especial, alega o agravante violação do art. 4º, IX, da Lei n. 4.595/64, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta a caracterização da mora do devedor fiduciário e a não abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada, permitida em valor superior até o triplo da taxa média de mercado, não podendo ficar limitados à taxa média de mercado expedida pelo Banco Central do Brasil.

Aduz que o contrato fez lei entre as partes, foi livremente acertado e que "efetivamente, as taxas e encargos foram pactuados entre as partes da forma como melhores convieram" (e-STJ, fl. 191).

Contrarrazões às fls. 212-218 (e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 221-224 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 234).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No que diz respeito à constituição em mora do devedor, o Tribunal de origem assim expressou seu entendimento a respeito da controvérsia (e-STJ, fls. 137-139):

No caso concreto, houve demonstração do inadimplemento das parcelas vencidas a partir de 07.12.2015 (fl. 11).

Além disso, houve regular constituição do consumidor em mora, por meio da notificação extrajudicial devidamente entregue no endereço informado quando da celebração do negócio jurídico (fl. 11, verso).

Quanto aos juros remuneratórios, consigno que o Egrégio STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.061.530/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos, reconheceu que a descaracterização da mora debendi, em contratos de financiamento bancário, depende da demonstração de abusividade nos encargos pactuados. Além disso, fixou que a seguinte orientação, a respeito dos juros remuneratórios:

ORIENTAÇÃO I - JUROS REMUNERATÓRIOS

- a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de

mútuo bancário as disposições do art.

591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada ? art. 51, §12, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora;

b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

No caso sob comento (contrato às fls. 08-10), observa-se que os juros remuneratórios foram pactuados em 25,93% ao ano, índice consideravelmente superior à média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil para operações similares na data da contratação (julho de 2013 - 20,28% ao ano). Destaco que esta Corte tem reconhecido a regularidade dos juros remuneratórios anuais quando fixados em até 05 (cinco) pontos percentuais acima da média de mercado.

Assim, flagrada a abusividade de encargo pactuado para o período de normalidade contratual, resta descaracterizada a mora debendi, o que impede a retomada do bem pela instituição financeira.

Do exposto, voto para dar provimento à apelação, a fim de julgar improcedente a ação de busca e apreensão.

Em consequência, determino a devolução do veículo ao consumidor - ou do seu equivalente em dinheiro, caso já tenha sido vendido a terceiro, segundo a Tabela FIPE vigente na data da retomada do veículo -, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada sua incidência ao período de 30 (trinta) dias.

Dessa forma, o acórdão estadual vai ao encontro da jurisprudência consolidada nesta Corte, no sentido de que, no caso de alienação fiduciária, a mora será

descaracterizada nos casos de abusividade dos encargos contratuais.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, relatora a Ministra Nancy Andrighi, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que: "a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual". No presente caso, foi reconhecida a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade contratual, sendo viável a descaracterização da mora.

2. No presente caso, o Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que restou cabalmente demonstrada a abusividade da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato em relação à taxa média do mercado. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.282.635/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 21/8/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. ALTERAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. MORA. CARACTERIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. ENCARGO DA NORMALIDADE. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações similares. Recurso representativo da controvérsia.

3. A reforma do julgado demandaria a revisão do acervo fático-probatório e a análise de cláusulas contratuais, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. A constatação do abuso na exigência de encargos durante o período da normalidade contratual afasta a configuração da mora, consoante iterativa jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.183.999/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2018, DJe 29/6/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. RECONHECIMENTO. TAXA ACIMA DA MÉDIA DE MERCADO. PRECEDENTES. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto n. 22.626/33), Súmula n. 596/STF; e a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade (REsp n.

1.061.530/RS, representativo da controvérsia, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009).

2. A verificação de abusividade do percentual dos juros remuneratórios contratados não se baseia no simples fato de ultrapassar a taxa média de mercado, devendo-se observar a razoabilidade a partir desse patamar, de modo que a vantagem exagerada, justificadora da limitação judicial, deve ficar cabalmente demonstrada em cada situação. Reconhecida pelo Tribunal de origem a abusividade da taxa de juros contratada, considerando as peculiaridades do caso, impossível a modificação desse entendimento tendo em vista os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. A cobrança de encargos abusivos no período da normalidade

enseja a descaracterização da mora.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.118.462/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 1/3/2018.)

Assim, estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta Corte, aplica-se o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora